
012ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 14DEZ2017

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luiz Espíndola): (19h10min) (Lê.): “Edital: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre projetos de lei dispondo sobre matéria urbanística. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 14 de dezembro de 2017, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater acerca dos seguintes Projetos de Lei que dispõem sobre matéria urbanística: 1) PLCE nº 10/17 (Processo nº 1953/17); 2) PLCE nº 17/16 (Processo nº 2806/16); 3) PLL nº 48/17 (Processo nº 0590/17); 4) PLCL nº 41/17 (Processo nº 2615/17); 5) PLCL nº 46/17 (Processo nº 2780/17). A íntegra dos projetos poderá ser consultada em www.camarapoa.rs.gov/saladocidadão/consultaaprojetos, digitando o número do processo. Gabinete da Presidência, 21 de novembro de 2017. Vereador Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: Presidente Ver.^a Fernanda Melchionna, Sra. Adriana Denise Acker, Diretora Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição; Sra. Rosane Zottis, arquiteta; Sr. Fernando Dal Piva, engenheiro; Sr. Oscar Escher, arquiteto urbanista; Sr. Juliano Fripp, Conselheiro do Conselho Regional pela Moradia Popular; Sr. Nelson Cúnico, líder comunitário; Sr. Silvio Arce, líder comunitário. A Ver.^a Fernanda Melchionna, Presidente desta Audiência Pública, está com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Boa noite a todos e todas, vejo vários lutadores aqui, o Império presente, os companheiros do MTST, valoroso movimento, os companheiros interessados em outros projetos. Convidamos para compor a Mesa: o Ver. Aldacir Oliboni; a Sra. Ilisiane Vida Alves, da ocupação Progresso; o Fernandão, do Amigos da Terra, além de ser integrante do movimento. Como já foi lido o Edital, vou fazer as declarações formais e explicar como vai ser nossa dinâmica. Esta audiência tem como objetivo debater acerca dos seguintes Projetos de Lei, que dispõem sobre matéria urbanística: 1) PLCE nº 10/17 (Processo nº 1953/17) – Altera o caput, os incs. I, II, III, IV, V

e VI; as alíneas. a, b e c do inc. IV, e incluídas as alíneas. d no inc. IV; a e b no inc. V, todos do art. 74-A da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999; 2) PLCE nº 17/16 (Processo nº 2806/16) – Cria e declara como Área Especial de Interesse Social – I (AEIS I), na Macrozona (MZ) 02, as Subunidades 07, 08 e 09, na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 50; na Macrozona (MZ) 03, as Subunidades 04 e 05, da Unidade de Estruturação Urbana 06; 05, na Unidade de Estruturação Urbana 10; 07 e 08 na Unidade de Estruturação Urbana 16; 08, na Unidade de Estruturação Urbana 20; 02m, na Unidade de Estruturação Urbana 22; 13, 14, 15, 16, 17 e 18, na Unidade de Estruturação Urbana 86; 07, na Unidade de Estruturação Urbana 88, na Macrozona 08; as Subunidades 09 e 10 na Unidade de Estruturação Urbana 20, cria e declara como Área Especial de Interesse Social 03 da Macrozona 04, a Subunidade 12, na Unidade de Estruturação Urbana 04; altera os limites da Macrozona 02, das Subunidades 01 e 02, da Unidade de Estruturação Urbana 50.

Estou vendo a turma da São Luiz, que estão aqui conosco. O Marcos Klassmann está também aqui presente.

Como são cinco projetos, montamos uma dinâmica. Primeiro, evidentemente, valorizar os projetos que vieram as comunidades para debater, vamos começar com eles, pois vieram representações das comunidades para fazer o debate. Depois, priorizar os outros projetos. E também queria colocar que as inscrições da plenária serão de 10 minutos para cada um que irá intervir para falar sobre o projeto, ao mesmo tempo, temos 15 inscrições, com cinco minutos cada. As inscrições estão ali onde tem o relógio, já estão abertas. É importante que as pessoas possam se inscrever. A proposta era de que fossem três inscrições por projetos, mas como tem alguns projetos que têm mais apelo e outros menos, acho que vamos começar as inscrições, depois, vemos como vamos fazer. Queria registrar também a presença da Campo Grande, estou vendo aqui os companheiros. E a gente vai anunciando as presenças, conforme for indo a audiência.

Eu passo, então, imediatamente a palavra para o Sr. Silvio Arce, líder comunitário, para apresentar o PLL nº 048/17, que institui como institucional a área conhecida como Campinho do Calixto. Pode falar da Mesa. Vamos contar o tempo ali.

O SR. SÍLVIO ARCE: Boa noite, Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; senhores componentes da Mesa, demais autoridades presentes, comunidades em geral, é com

grande orgulho que faço uso desta tribuna em representação aos Amigos do Campinho do Calixto, uma área que se formou na década de 1960, atrás do Hospital Divina Providência, onde, em meio à vegetação, à mata nativa, surgiram as primeiras residências. Desde então, se consolidou uma área, como é possível verificar nas imagens que estão sendo rodadas no telão. Esse espaço que foi consolidado e reservado pelo então proprietário, Sr. Calixto, desde aquela época, como espaço de lazer. A partir da década de 1990 se intensificaram as habitações, e esse espaço se consolidou como área de lazer. E, como é sabido, a região da Glória, por ser uma região topograficamente de morros, é um dos únicos locais planos que existe naquela redondeza. Esses jovens que estão aqui à frente são os nossos mascotes, hoje desenvolvemos um trabalho através de um projeto junto à Secretaria Municipal de Educação, Meninos Show. A nossa intenção em estar presente nesta noite, que é de grande valor para todos nós, é de que essa área seja reservada como espaço público de lazer, e que, a partir daí, o Poder Público, através de suas secretarias, possa desenvolver atividades e trazer também equipamentos públicos para que a gente possa intensificar, cada vez mais, esse trabalho. É interessante a gente ver o relato das mães da região, que é uma região carente de Porto Alegre – muito carente, diga-se de passagem. Muitas pessoas inclusive não têm água dentro de suas casas. E nesse espaço, muitas mães dizem: “Olha, hoje eu vejo que o meu filho é uma criança, ele gosta de brincar, ele pega a bola, sai para correr, pega a bicicleta, sai a andar. Não existia isso”. E gente viu o compromisso que nós, como Amigos do Campinho do Calixto, temos com essas crianças, com o futuro delas. E é na intenção de garantir o futuro dessas crianças que a gente vem a esta Casa, através desse projeto de lei, para que seja garantido aquele espaço como uma área de lazer, cultura e esporte. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Seu Sílvio, é uma luta muito importante da comunidade e certamente precisa ser apoiada pelo conjunto dos Vereadores. O Sr. Juliano Fripp, do Conselho Regional pela Moradia Popular, está com a palavra para apresentar o PLCE nº 017/16.

O SR. JULIANO FRIPP: Boa noite, Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; demais membros da Mesa; boa noite ao povo que se mobilizou levando em conta a importância

de estar presente nesta audiência pública, que vai representar, como já representou, um grande avanço na construção de moradias populares. Então, boa noite a todos e parabéns pela mobilização do povo que está aqui. Não posso deixar de citar as lideranças, pessoas e ocupações presentes, Seu Balduino, da São Luiz; o Ronaldo, da Marcos Klassmann, assim como o Galdino; a Lisi, da Progresso; Dona Vera, da Império; Marlo e Gildo, da Campo Grande; e a nossa Dandara, Jacque, da Vila Nova; pessoas que não estão se mobilizando apenas neste momento, mas que há muito tempo já estão fazendo a luta em função do perigo de perderem a seu direito à moradia.

Agora, neste momento, estamos aqui debatendo a questão das Áreas Especiais de Interesse Social, debate que já foi feito em 2014. O que representa Área Especial de Interesse Social? Uma mudança do Plano Diretor em 13 ocupações, agora nesse projeto de lei, mas principalmente o artigo que faz com que nos mobilizemos, que faz com que estejamos sempre correndo e lutando é o fato de que isso vai preservar, Cavalos, as pessoas nas suas casas, garantir suas moradias. Já que projetos governamentais não atendem as pessoas da periferia, nós estamos trabalhando e lutando para que isso seja atendido. E esse projeto começou lá em 2014, quando, nas ocupações, que eram 14, existia um telefone amigo. Quando aparecia uma reintegração de posse para qualquer uma das ocupações envolvidas nesse projeto, tinha um telefone amigo que ligava para um amigo, padrinho de não sei quem, para segurar ou não segurar as reintegrações de posse. E nós vimos, naquele momento, que isso não dava segurança nenhuma para as pessoas da sua moradia. Então, trabalhamos junto, na época, com o então Ver. Pedro Ruas – hoje Deputado Estadual – e com a Ver.^a Fernanda Melchionna. O Conselho trabalhou junto com esses dois Vereadores, autores do projeto, para que dessem o mínimo de segurança para as pessoas que estão morando em ocupação. Ocupação, viu, pessoal? Não é invasão. Ocupação em áreas que estão...Ah, eu sempre digo, Ver. Oliboni, que desde a época de Adão e Eva, na criação do mundo, essas terras ocupadas por essas pessoas que estão aqui serviam como exploração imobiliária. Ou seja, de cada mão que passasse, cada um levava R\$ 1 milhão. E assim foram indo, sem fim social, sem programação nenhuma para que essas áreas tivessem o fundamento que fosse o mínimo possível. Eram áreas soltas, abandonadas, que as pessoas ocuparam com todo o direito. Então, nós conseguimos aprovar esse projeto em 2014, por unanimidade aqui na Casa, por 33 Vereadores presentes, somente três não estavam. E esse projeto foi para o

Prefeito, à época, Fortunati – hoje sem partido, naquele momento era do PDT – e ele vetou. Mas o povo se mobilizou com três, quatro vezes mais do que está aqui – isso aqui, na verdade, nós estamos dando um esquentar – e derrubou o veto do Prefeito Fortunati. Derrubamos o veto aqui na Câmara com 19 votos favoráveis, 19 Vereadores que atenderam a causa, que viram que realmente esse projeto era para salvar e segurar a moradia para as pessoas que mais necessitam. Aí o Prefeito Fortunati, sem partido hoje em dia, entrou no Tribunal de Justiça com uma Ação de Inconstitucionalidade – ADIn. E está lá até hoje, Secretário Clóvis, que nos lembramos muito bem na época do camelódromo. E está lá até hoje esse projeto. A Desembargadora sentou em cima e está lá essa ADIn em suspenso. O que aconteceu quando o Prefeito Fortunati, hoje sem partido, vetou o projeto? O Vice-Prefeito Melo veio aqui na Câmara, fez uma audiência com mais ou menos a quantidade de pessoas que estão aqui, e propôs, na época, a montar um Grupo de Trabalho. E esse Grupo de Trabalho iria – e fez – ver a viabilidade técnica de cada uma das ocupações, Fernandão, Amigos da Terra que, juntos com o Conselho Regional, em 2014, e junto com o IAB, foram peças fundamentais, pessoas que se atiraram no movimento para poder visualizar e mapear todas as áreas. A gente agradece muito, Fernandão, e ao IAB, à Claudinha, que se puxaram na época.

Então, quando o Melo veio aqui para a audiência, ele propôs um Grupo de Trabalho que foi proposto em dezembro de 2015, iniciou em junho de 2016, trabalhamos com a CTARF e todas as Secretarias envolvidas, junto com a Ver.^a Fernanda Melchionna e outros Vereadores. E os estudos feitos pela Secretarias da Prefeitura disseram o seguinte: que 13 áreas, das 14 que estavam no pacote de Áreas Especiais de Interesse Social, foram viabilizadas tecnicamente. Então, o Vice-Prefeito Melo, na época, trouxe o resultado dos estudos, e a Prefeitura fez um novo projeto de Área Especial de Interesse Social, que está aqui. Já tramitou na Câmara de Vereadores e foi aprovado em todas as Comissões. E o que nós estamos fazendo aqui hoje? Nós estamos aqui fazendo justamente aquilo que o Prefeito Fortunati, sem partido, disse e usou como argumento para entrar com uma ADIn, que não tinha acontecido audiência pública. Nós fizemos várias audiências públicas! Dentro do Orçamento Participativo, na Região Eixo-Baltazar e no Centro. Isso sem contar aqui dentro da Câmara, em várias reuniões da CUTHAB e outras reuniões com Vereadores. Mas mesmo assim ele alegou que não tinha ocorrido audiência pública, formal, na Câmara, como está acontecendo agora. E por isso nós estamos aqui, estamos

fazendo uma audiência pública formal, dentro da Câmara, para provar que esse projeto vá à votação e que conste em ata um documento dizendo que realmente houve uma audiência pública, onde as pessoas se mobilizaram, o Poder Público se mobilizou, está presente e foi aprovado. Então, por isso, pessoal das ocupações, nossos camaradas, nós estamos aqui para dizer que fomos na audiência pública e por isso a gente se mobilizou. Porque não adianta as lideranças virem aqui, o Seu Balduino, a Lisi, a Dona Vera, o Ronaldo e outros representando uma ocupação. Mas que representação é essa, Mário, se só vem tu representando? Então, hoje as lideranças se puxaram para a gente mostrar o que pode acontecer na votação. Nós não estamos sozinhos, nós somos lideranças, sim, e as pessoas estão com a gente. Então, parabéns para todos. E quero dizer: para morar, tem que lutar, e nós vamos lutar para morar. Assim como já lutamos no passado, vamos continuar lutando no futuro, para que a garantia dessas pessoas sejam as casas, a moradia popular. Parabéns para todos. Com certeza, vamos ser aprovados. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Juliano Fripp. Essa é a ideia da nossa audiência, da nossa luta.

Passo a palavra à Dra. Adriana Denise Acker, Diretora Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, que falará sobre o projeto que trata do regime urbanístico do entorno.

A SRA. ADRIANA DENISE ACKER: Boa noite, Presidente da Mesa, Ver.^a Fernanda Melchionna, componentes da Mesa já citados, colegas do GHC e demais presentes.

Hoje vimos aqui apresentar o projeto cujo relator foi o Ver. Mendes Ribeiro, Processo nº 1953, PLCE nº 10/17. Este projeto já foi aprovado por todas as Comissões da Casa. Vamos falar um pouquinho deste projeto, que visa a ampliar estruturas dentro do Grupo Hospitalar Conceição para melhor poder atender a população de Porto Alegre e do Estado.

Só para poder caracterizar um pouquinho o Grupo Hospitalar Conceição, chamado também de GHC: ele é um grupo hospitalar que atende 100% SUS. Dos atendimentos realizados em Porto Alegre, o nosso grupo atende 32% e, no ano de 2016, a gente fez mais de 57 mil internações; mais de 752 mil consultas ambulatoriais; de emergências, mais de 700 mil; procedimentos ambulatoriais, mais de 500 mil; procedimentos de

emergência, mais de 150 mil; mais de 30 mil cirurgias; mais de 7 mil partos; e o grupo possui mais de 1.700 leitos totalmente voltados ao SUS.

O que a compreende a nossa estrutura? Hospital Nossa Senhora da Conceição, Hospital Cristo Redentor, Hospital Fêmina, Hospital Criança Conceição, Instituto da Criança com Diabetes, a UPA – que é a única de Porto Alegre – Moacyr Scliar, 12 unidades de Atenção Básica de Saúde, um consultório na rua, três CAPs e a nossa escola GHC. Aqui é uma imagem dos hospitais e da UPA. Neste último ano – final de 2016 e todo o ano de 2017 – nós estávamos muito voltados à reestruturação, reformas internas, o que vai continuar nos anos de 2018 e 2019, mas nós precisamos melhorar, ampliar estruturas para melhor atender a população. E aí nós precisamos fazer novas edificações. Estamos entregando, provavelmente com inauguração ainda em dezembro ou janeiro, a nova subestação que vai alimentar a Zona Norte com energia, ampliar a energia dentro do Grupo Hospitalar Conceição para instalar mais equipamentos, climatização, liberando energia para a Zona Norte. O nosso nenê, nós batalhamos muito no ano de 2017 e foi aprovado o Hospital de Oncologia e Hematologia, cuja obra já começa em 1º de fevereiro de 2018 – uma estrutura de mais de 14 mil metros quadrados. Como os prédios são muito antigos, nós temos o Hospital Cristo Redentor com 61 anos, o Hospital Conceição com 57 anos, o Hospital Criança com 48 anos e demais, nós precisamos atender ao PPCI, e isso requer uma ampliação de estruturas e escadas externas para atender a toda essa questão da legislação. Está em fase de desenvolvimento e já um dos prédios que está quase pronto, um centro diagnóstico para atender a todos os exames necessários ao hospital, e assim retirando e liberando áreas internas para atender RDCs e o prédio 2, de apoio. É muito querido também, em estudo, o Hospital da Criança, e também em estudo o Centro Administrativo Assistencial Comunitário. E nesse centro, construir um grande posto de saúde com áreas administrativas. Os prédios são muito pequenos e com estruturas deficitárias. Bom, para podermos fazer isso, aqui até tem a foto do que vamos inaugurar ainda em dezembro, início de janeiro, a subestação, tem o centro de oncologia, que são mais de 14 metros, nós vamos precisar ampliar estruturas. Se vocês olharem ali, em amarelo, é onde é a subestação, logo abaixo, num azul mais claro, é onde vamos construir o Hospital de Oncologia. O que está em vermelho é PPCI. Então nós precisamos ampliar as estruturas. Em verde claro ali o prédio de meios diagnósticos, e esta área em volta da Rua Umbu, Av. Francisco Trein não tem mais espaço. O que nós viemos solicitar

aqui? A alteração no art. 74-A da Lei Complementar nº 434, de dezembro de 1999. É a densidade bruta no código 41. Como nós somos hospital, o índice de aproveitamento três vezes mais 30%. O regime volumétrico já está aprovado pela aeronáutica, na altura, com divisa, altura máxima, altura de base da Rua Umu, e a taxa de ocupação passar, na base, para 90%, e nos demais andares 75%. Bom, como os prédios, eu relatei, são muito antigos, eles não têm estacionamentos, então nos prédios que nós estaremos construindo agora, a partir deste ano, solicitamos o padrão de guarda de veículos para cada uma vaga de 75 metros construídos, a partir de dezembro de 2015, uma vaga. As vagas serão atendidas conforme o art. 125 da Lei Complementar, e a isenção do cumprimento do Parágrafo 5º do art. 124. E mais o recuo de ajardinamento. Com isso, nós queremos atender melhor a população aqui de Porto Alegre e do Estado, com a construção de prédios novos de meios diagnósticos oncológicos e demais prédios, conforme eu coloquei aí para vocês. Obrigada pela atenção. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Dra. Adriana, que falava em relação ao PLCE nº 010/17. Registro também a presença do Ver. Mendes Ribeiro. A Sra. Rosane Zottis está com a palavra para apresentar o PLCL nº 041/17.

A SRA. ROSANE ZOTTIS: Boa noite, Ver.^a Fernanda Melchionna, que está presidindo a Mesa, e a todos os presentes. Venho aqui falar a respeito do Projeto de Lei nº 041 de 2017. Na verdade, a finalidade desse projeto é uma alteração no zoneamento de uso de determinado imóvel para permitir a aprovação de um loteamento. Quem assina o projeto, então, são as empresas Melnick Even e a empresa Arcadia Urbanismo. A empresa Melnick, então, tem mais de 45 anos de história aqui dentro do Rio Grande do Sul, líder em alto padrão; a empresa Even, uma das maiores e mais sólidas empresas de construção civil no Brasil, atuando no eixo São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul; e a empresa Arcádia, que vem então se associar a essas outras, que possui 15 anos de atuação aqui dentro do nosso Estado, com foco e liderança no mercado imobiliário horizontal. Então, a empresa Arcadia é uma empresa urbanizadora, que produz loteamentos. E a associação, então, delas para o desenvolvimento do mercado de urbanismo no Rio Grande do Sul. Podemos ver, aqui, então, o mapa do nosso Estado e os municípios em que ambas as empresas têm empreendimentos

implantados: Xangri-lá, Gravataí, Pelotas, Rio Grande. E também mais de 25 mil lotes que estão em processo de licenciamento, distribuídos em mais 22 municípios no Rio Grande do Sul, que estão aí representados na imagem.

Bom, o empreendimento, então, proposto. Localização – aí vocês podem verificar que o empreendimento fica próximo ao bairro Restinga. Então, temos ali o perímetro do bairro Restinga e os bairros vizinhos. Novamente aí os bairros do entorno: Lajeado, Pitinga, Chapéu do Sol. E aí temos os eixos viários principais ali da região. Vocês podem ver, então, a Av. Edgar Pires de Castro e a Rua Darcy Pereira Pozzi, que são justamente as frentes dessa propriedade. E outras vias então, a Av. Juca Batista, a Estrada da Taquara, que é a continuidade da Av. Edgar Pires de Castro. Aquele ponto que está ali em violeta, na verdade, nós demonstramos que é o acesso principal ao núcleo da Restinga, acesso que fica a 200 metros dessa propriedade, e as vias secundárias que estão em cor azul ali, Estrada da Ponta Grossa, Estrada Francisca de Oliveira Vieira. Em vermelho, destacamos a gleba que é objeto do loteamento a que nos referimos. Esta imagem demonstra o regime urbanístico do Plano Diretor hoje para local. Então vemos que a gleba está exatamente numa esquina formada pela Av. Edgar Pires de Castro e Av. Darcy Pereira Pozzi. Na parcela bem de frente, hoje temos um zoneamento intensivo numa faixa de 60 metros e, na continuidade, um corredor agroindustrial, e o restante da propriedade incide zoneamento rural. As características urbanas do entorno. O que podemos verificar nessas imagens que se seguem é que a despeito da área estar inserida num perímetro denominado zona rural, ela está totalmente configurada numa área consolidada de ocupação intensiva. Esses empreendimentos em cor laranja, que se destacam, são empreendimentos implantados e em implantação ali no local. Então podemos ver o Loteamento Goldani, o Loteamento Área do Estado, o Repouso do Guerreiro. São empreendimentos que estão alguns implantados e outros aprovados e em fase de implantação. E a gleba se encontra do lado oposto da via.

Algumas informações sobre o histórico do Bairro Restinga. Novamente aí o perímetro que engloba o bairro oficial. Podemos ver que, nos anos 60, que é mais ou menos nestes idos em que começamos a falar do Bairro Restinga, ao mesmo tempo em que Porto Alegre demonstrava um rápido processo de urbanização através da abertura de avenidas e construção de prédios modernos, ela já sofria de graves problemas de infraestrutura na área habitacional. Nos anos 1965, para implantação do Projeto Renascença, o governo

da época optou por fazer uma retirada das famílias localizadas em vilas alagadiças na zona central de Porto Alegre, e a transferência dessas pessoas para a região na Zona Sul do Município, onde hoje chamamos Restinga. Esse local era distante da zona central e não tinha a estrutura necessária pra receber aquele reassentamento que para lá se transportou. Nos anos 1970, houve um início da implantação do núcleo Vila Nova/ Restinga, que fica ao lado oposto da João Antonio da Silveira, com abertura de ruas de acessos e de saneamento básico. E novas comunidades, então, começaram a surgir em volta da Restinga. A partir dos anos 1970, agregou-se a implantação do Parque Industrial da Restinga, que é um espaço que acolheria indústrias e, conseqüentemente, tinha um potencial de criar um espaço de absorção da mão de obra que se formava ali. E algumas indústrias de fato se implantaram na região, com atividades econômicas como móveis, fertilizantes, artigos farmacêuticos, materiais para a construção civil. Mas nós sabemos que até hoje esse Distrito Industrial tem um potencial bem maior para se desenvolver e para poder absorver a mão de obra do bairro. Nós anos de 2010, a Restinga, então, conta com um contingente populacional três vezes maior do que aquele que foi pensado lá na inicial. E apesar de todos os problemas estruturais que colocavam à prova seus primeiros moradores, foi através de empenhado trabalho da sua comunidade que o bairro se tornou oficial em 1990. E hoje, então, ele já conta com transportes, telefonia, posto de saúde. E essas imagens seguintes, a gente fez um levantamento dos equipamentos, então, que temos na região. Então, nós temos essa imagem dos equipamentos de saúde, postos de saúde, o Hospital da Restinga. Na sequência, mercados, supermercados. Em vermelho, a gleba objeto do loteamento proposto pelas empresas. O mapa das escolas existentes na região. E aqui o projeto do loteamento propriamente dito. Então, a empresa Melnick Arcádia, o objetivo dela é aprovar e implantar um loteamento. Um loteamento que seria, então, abertura de vias, uma urbanização com entrega vias públicas, loteamento com equipamentos comunitários, com toda infraestrutura e saneamento básico. Ele atenderia, então, famílias de três até seis salários mínimos de renda. A expectativa é de implantar 1.500 lotes, cujo, então, seria em torno de 150 metros quadrados de superfície, 6 m de frente por 25m de profundidade, totalmente, plantados com áreas verdes, equipadas com esporte e laser. Essa imagem que se colocou aí foi um anteprojeto que foi apresentado à Prefeitura em 2013. Então vocês podem ver aí a gleba com as duas frentes, a Av. Edgar Pires de Castro e a Rua Darcy Pereira Pozzi, e todo arruamento interno que estaria sendo

proposto. Além disso, a gleba tem em torno de 40 hectares, sendo que 43% disso seriam destinados a áreas públicas – áreas públicas na forma de arruamentos, na forma de praças urbanizadas pelo próprio loteador e na forma de lotes institucionais, que nós chamamos, que são lotes destinados à futura construção de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, postos de saúde, hospitais. As áreas verdes, como dissemos, seriam entregues urbanizadas, praças com equipamentos, quadras, mobiliário urbano.

Também é prevista uma bacia de amortecimento das águas pluviais, que é um equipamento urbano exigido pelo DEP para amortecer as águas da chuva e evitar alagamentos da região, além de melhorias no sistema viário. Então, além da produção das vias internas desse loteamento, todas as mitigações viárias que fossem apontadas, então, pela Prefeitura, naquele entorno, em volta do empreendimento.

Quanto à área, podemos verificar que já aconteceram estudos ambientais que demonstraram que a área tem uma topografia favorável à implantação de um loteamento. É uma área composta 85% por campo, 8% de maricazal, 7% de formação de eucalipto, e não existem registros de áreas de preservação permanente sobre a propriedade. O projeto de lei, então, o que faz? Ele propõe a extensão do regime urbanístico de caráter intensivo, que hoje existe somente na parcela frontal do imóvel, para a gleba na sua totalidade; conseqüentemente, propondo o reordenamento dos limites da zona rural. Novamente, então, temos a imagem do Plano Diretor atual, onde a área é apresentada. Aquela parcela da frente, que é intensiva, então, seria estendida para toda a propriedade.

(O Ver. Aldacir Oliboni assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Aldacir Oliboni): Doutora, o seu tempo já foi esgotado. A senhora tem um minuto para concluir.

A SRA. ROSANE ZOTTIS: Para concluir, então, vou demonstrar só as últimas fotos, acho que estas podemos passar. Este aqui é um bairro que mostra a zona rural. A propriedade está a 200 metros do acesso principal da Restinga. Então é por essa razão que entendemos que a área tem plenas condições de se integrar ao núcleo urbanizado.

Concluindo, vemos o entorno consolidado onde temos imagens em que aparece a vizinhança. Do lado oposto da propriedade, nós podemos verificar a gleba, a confluência

das duas ruas. No lado oposto formado por ocupações de caráter intensivo. Já houve uma audiência pública sobre esse assunto no início do ano, agora em 2017. Nós temos um parecer favorável da SMURB. Esse empreendimento já ingressou na Prefeitura em 2013 e está tramitando. Quando surgiu a lei da área rural, ele acabou sendo inserido dentro da área. Por essas razões, nós entendemos, para esse empreendimento ser implantado, que esses limites sejam revistos. Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aldacir Oliboni): Agradecemos a Dra. Rosane. O Sr. Fernando Dal Piva vai falar agora sobre o PL nº 046/17 dividindo o tempo com o Sr. Oscar.

O SR. FERNANDO DAL PIVA: Boa noite. Eu sou engenheiro civil, sou funcionário da Bolognesi que é uma urbanizadora, de desenvolvimento urbano. Está há mais de 40 anos no mercado imobiliário e focado em áreas de interesse em desenvolvimento social. A partir de 2008, quando entrou o programa Minha Casa, Minha Vida, a empresa se dedicou a esse tipo de desenvolvimento. Eu vou falar um pouco sobre o empreendimento que vamos desenvolver na Zona Sul de Porto Alegre.

É uma área de aproximadamente 90 hectares, ela faz frente com a Edgar Pires de Castro com a Francisca, Juca Batista. Está inserida já no desenvolvimento urbano da região. Tem uma preservação ambiental muito grande. Tem um corredor ecológico que corta paralelo à Francisca até a Edgar Pires de Castro, não consegui enxergar aqui, mas acho que são 20 hectares, ou 24, mas tem uma preservação bem grande, APP, e mais 9 hectares de preservação. Equipamentos comunitários. Então, esse desenvolvimento urbano tem a destinação a postos de saúde, creche, escolas, todas essas áreas que estão aí demonstradas já têm pareceres que vieram das secretarias, do Município, tudo isso vai ser entregue à comunidade, às áreas, essa preservação.

Diretrizes municipais. Além de todo o desenvolvimento urbano da área, a parte de infraestrutura, água, esgoto, rede pluvial, bacias de amortecimento, a gente vai fazer a pavimentação da estrada Francisca, a melhoria da Edgar, atestada do empreendimento, e o recuo viário dela também. Isso vai ajudar muito na mobilidade ali na Zona Sul. Essa via projetada dá praticamente 188 mil metros quadrados de vias projetadas, no entorno, fora e dentro do loteamento.

Área de destinação pública. Um resumo das áreas que vamos doar para o Município, de doação, preservação, 70% do empreendimento vai ser destinado à preservação e entregue para o Município, vias públicas, praças, recuo viário, escola, áreas verdes, preservação, 91 mil metros quadrados. Esse corredor ecológico é de 24 hectares. Então, esse empreendimento, de 90 hectares, 70% dele está sendo, ou doado para a Prefeitura, ou preservado.

Vou falar agora do loteamento. Esse loteamento ainda vai construir 2.500 unidades, a empresa vai construir as casas, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. Dessas 2.500, 20% são destinadas ao DEMHAB, que é a faixa de zero a três salários mínimos; o restante é na faixa três a seis, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. A gente sabe que é um problema a moradia, vai ser um empreendimento que vai ajudar a muita gente, vai atrair muitos empregos, impostos para o Município e precisamos disso. A área loteada é 30 hectares, então, 30% do empreendimento vamos lotear, o restante é preservado e doado para o setor público. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aldacir Oliboni): O arquiteto Oscar complementa a fala do projeto.

O SR. OSCAR ESCHER: Boa noite a todos. A mim cabe falar sobre o entorno que essa proposta de ocupação organizada do território, para fins de habitação de Interesse Social.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. OSCAR ESCHER: Só para acelerar a apresentação pelo exíguo tempo, a proposta desse território, ao lado daquela apresentada pela arquiteta Rosane, na Zona Sul, ali em frente à área que o Estado está implantando 1.344 unidades de habitação de Interesse Social. É um território, como bem foi comprovado pela arquiteta Rosane, que tem uma vocação urbana, muito embora o Plano Diretor não reconheça, haja vista que ele está, de maneira formal e de maneira informal, já parcialmente ocupado, mostrando uma tendência e uma vocação urbana para o território, na contra-mão do que o Plano Diretor está a pensar sobre a Cidade, como uma Cidade urbana naquele território. Como já bem foi mostrado no slide anterior, além de um conjunto enorme de empreendimentos recentemente já implantados, nós temos vários territórios ocupados de maneira informal,

deixando passivos urbanísticos e ambientais, na medida em que, para o mesmo público de habitação de Interesse Social, está sendo proposta uma ocupação ordenada, regular, trazendo ativos urbanísticos e ativos ambientais. Nós entendemos, como urbanistas, que esse território está sendo ocupado, vai ser ocupado cada vez mais, e entendo que essa vocação de ocupação urbana seja feita de maneira planejada, ordenada e preferencialmente focada para habitação de Interesse Social, haja vista que já tem boa parte da infraestrutura e não adianta ficar levando as populações mais carentes cada vez mais longe. Esse território já apresenta um bom potencial e, das quase três mil unidades imobiliárias que serão implantadas ali, 20% destinadas especificamente para demanda caracterizada do DEMHAB. Então, é uma forma indireta de o Poder Público melhorar a oferta com uma demanda já caracterizada. Aí, só para mostrar uma série de ocupações do território que não tem infraestrutura, e as pessoas, no nosso entendimento que vão morar em territórios que não têm infraestrutura, porque justamente não existe oferta para que elas que tenha atendido a sua necessidade de morar. Então, é bem-vindo um projeto de habitação de Interesse Social focado para esse segmento, mas já acompanhado de toda a infraestrutura urbanística necessária e com os equipamentos urbanos também. Então, é indubitável, senhores, que esse território está sendo ocupado, vai ser ocupado cada vez mais, e é importante que a legislação urbanística em discussão nesta Casa acompanhe essa tendência e, preferencialmente, vocacione para o público a que o projeto se propõe, que é o público da habitação de Interesse Social. São todos territórios muito próximos dali, caracterizados nos *slides* anteriores, que estão a demonstrar a área que está sendo ocupada de maneira informal, porque as pessoas que ali vão morar não têm oferta, e o projeto em pauta propõe fazer essa oferta com qualidade urbanística e ambiental, haja vista que ocupa só 30% do território, efetivamente um território privado, sendo que 70% fica ao Poder Público com ativos ambientais urbanísticos e o equipamento urbano. Mais *slides* mostrando como esse território está sendo ocupado à revelia do planejamento urbano porque o planejamento urbano não entendeu a vocação e o fenômeno social que ali está acontecendo. O que se busca nessa audiência pública que esta Casa repare essa distorção. E estou encerrando e agradecendo a atenção dos senhores. Obrigado.

A Ver.^a Fernanda Melchionna reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada. Queria pedir para irem me alcançando as listinhas de inscritos. Nós vamos mesclando as inscrições dos Vereadores e as da comunidade. O primeiro inscrito é o Ver. Aldacir Oliboni. Eu quero pedir para compor a Mesa o Deputado Pedro Ruas, que representa, neste ato, a Assembleia Legislativa e que foi autor, junto com esta que vos fala, do projeto de AEIS, o primeiro aprovado e que teve o veto derrubado aqui na Câmara de Vereadores. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ali acima do Hospital Divina Providência, tem uma área chamada de Campo do Calixto, que é uma área verde, que, até então, não foi transformada em Área de Interesse Social. O projeto de lei que está transformado essa área em Área de Interesse Social para efeito de recreação, cultura e esporte é deste Vereador que está aqui.

Para o projeto estratégico do GHC, centro oncológico, o Ver. Mendes também pediu agilidade, mas é um projeto do Executivo. Eu queria dizer a vocês que esta necessidade de audiência pública se fez em função de uma determinação da própria Câmara Municipal na medida em que tinham muitas demandas sobre a transformação de áreas, sejam elas via AEIS, como o Adriano falou aqui, como também de transformação em Área de Interesse Social. E, muitas vezes, havia a discordância do Governo porque não se fazia um trabalho comunitário ou um parecer que mostrasse claramente que a comunidade estava acordando. É como se estivesse dando nome de rua sem consultar os moradores da rua – isso não pode. É preciso fazer uma audiência pública e dar oportunidade à comunidade para que ela diga, de fato, o que quer naquela região. Essa área que vocês estão reivindicando para Interesse Social é de meio hectare, cinquenta por cinquenta, portanto, é bem diferente de outros interesses. Não que eu seja contra, mas, por exemplo, aqueles quarenta hectares, num projeto de duas mil e quinhentas unidades, é um projeto estratégico que, depois de feitas as audiências públicas, volta para o plenário, porque esses projetos de lei já tramitaram em todas as Comissões da Casa e estariam em condições de votação, desde que saísse a audiência pública. Portanto, após esta audiência pública, haverá um acordo da Mesa com os Vereadores, Lideranças, se votaremos ou não. Sobre este projeto que eu estou encaminhando, quero dizer a vocês

que será a minha prioridade agora no final do ano para que seja votado. E já estava dizendo para a Dra. Adriana, sobre o GHC, sobre esse Centro Oncológico, até porque tenho uma histórica vinculada à saúde, ao Hospital da PUC, ao GHC, ao movimento comunitário em saúde comunitária; fui gerente do Grupo Hospitalar Conceição em 1997, de Patrimônio, e agora, há dois anos, do Hospital da Criança Conceição. Portanto, acompanhei muito de perto a luta dos diretores que antecederam a Dra. Adriana como, por exemplo, o nosso querido amigo Dr. Barrichello, que era Diretor Administrativo, e a Dra. Sandra Fagundes. Então, não posso deixar de citar aqui, porque esse projeto é de extrema importância para a Cidade, para o atendimento médico, para a população e, principalmente, para aqueles que buscam o atendimento pelo SUS. Então, na oportunidade de votarmos um a um desses projetos, podem ter certeza de que estaremos lutando por todos vocês da comunidade, que merecem, no mínimo, dignidade e uma acolhida da Câmara Municipal. Muito obrigado e um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Oliboni. O Sr. Fernando Campos Costa, do MTST, parceiro para construção das AEIS, representando também os Amigos da Terra, está com a palavra.

O SR. FERNANDO CAMPOS COSTA: Boa noite a todas e todos. Parabéns aos lutadores e lutadoras por moradia, que estão aqui hoje, que poderiam estar fazendo qualquer coisa, mas estão aqui lutando pela sua moradia, e isso é digno de parabéns – uma saudação. Quero parabenizar a Ver.^a Fernanda, os outros componentes da Mesa também, e o conselho pela moradia, MTST, que está presente, o pessoal da Nazaré. É importante que a gente veja as diferenças entre os projetos, a importância da participação. E como a gente tem visto, na cidade de Porto Alegre, a lei sendo usada às vezes de forma distinta: para pobre é uma forma de usar a lei, para rico é outra. A gente está vendo aqui nos projetos apresentados, tem casos que são projetos em que se pega uma carne de pescoço e se transforma em filé; agora, para regularização fundiária é uma dificuldade, é uma via sacra para as comunidades conseguirem, muitas vezes, energia elétrica, água, coisas que são direitos fundamentais. E a dificuldade que a gente tem na agilidade, seja do Executivo, seja até mesmo da Câmara de Vereadores, para a gente conseguir isso aí.

É importante, pessoal, que vocês saibam que, todos os dias, nesta Casa e em outros espaços do Estado, a gente vê a especulação imobiliária ganhar dinheiro assim, mudando a lei, alterando ao bel-prazer esses interesses. Então a gente vê Zona Rural sendo tirada, área de AEIS sendo usada para moradias – para quem, a princípio, não teria necessidade de construir esse tipo de iniciativa – e um déficit habitacional enorme na Cidade, que necessitaria ter muito trabalho, muita regularização fundiária. Quando a gente iniciou o projeto, foi uma coisa simples, mas nesse discurso técnico muitas vezes as comunidades ficam reféns de uma situação, de um advogado, de um grileiro ou de um técnico que faça o trabalho. E quando o gabinete da Ver.^a Fernanda Melchionna, o Conselho nos chamou para fazer parte dessa equipe, a gente conseguiu, de forma simples, ter o levantamento das áreas, para que se pudesse ser encaminhado um projeto, trabalhar os regimes urbanísticos junto com o IAB, para que se pudesse ter um regime urbanístico nos projetos de lei. Então a gente vê que há alguns, com toda uma equipe, e muitas vezes a gente poderia ter o apoio do DEMHAB, que cada vez mais a gente vê que não funciona, a gente ocupou o DEMHAB durante um mês praticamente e nada aconteceu na Prefeitura no ano passado. Então, a gente vê realmente a dificuldade que é fazer esse Estado funcionar para cumprir sua principal função: dar equilíbrio entre capital, dinheiro, empresas, corporações e o interesse da Cidade, o interesse público, o interesse dos comuns, o interesse de como os direitos da Cidade, como esse desequilíbrio que acontece muitas vezes, a partir do poder econômico, possa ser equilibrado. A gente vê um Estado realmente capturado, com a iniciativa privada cada vez mais dentro da Prefeitura, entre os candidatos a cargos políticos. Esse interesse... Então tu pegas uma terra que valia um milhão de reais, saindo daqui valendo dois milhões de reais, com uma beirinha para cada um. Então, a gente realmente é contra isso, o MTST muitas vezes vem fazendo essa denúncia, trazendo essa visibilidade do déficit habitacional de moradia e dizer, dar como fato consumado, muitas vezes, a construção na Cidade. É uma forma também de validar, muitas vezes colocar os pobres como ponta de lança nessa expansão urbana. Na verdade, as pessoas querem o direito digno de moradia, querem creche, o que se torna muitas vezes quase impossível – aí, bom, o que a gente tem à disposição muitas vezes, é realmente a ocupação. Enquanto moradia, que é um direito, não for para todos, ocupar é um direito a ser garantido pela população. Então, estamos apoiando esse projeto que acho muito importante, foi um processo com um ano de discussão. A principal questão é

que não havia uma análise técnica. A gente comprovou que, sim, tinha uma análise técnica, que tecnicamente era possível garantir uma regularização fundiária e, dentro desse processo, cada vez mais juntando forças com os setores que realmente enxergam e buscam uma Cidade que integre todos e todas, que permita um direito à Cidade para todos. Muito obrigado a todos e todas; seguimos na luta.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Fernandão.

(O Ver. Aldacir Oliboni reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Aldacir Oliboni): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite a todos e todas. Queria dizer que é uma alegria ver esta audiência lotada pelo povo, por pessoas que fizeram um esforço para estar aqui hoje com mil compromissos na sua casa, moradores da Zona Norte, das ocupações. Estão aqui os companheiros da São Luiz; da Marcos Klassmann; da Progresso, da Vida Nova; da Campo Grande; do MTST, uma nova ocupação necessária: Povo Sem Medo, aqui na nossa Capital Porto Alegre, que precisa do apoio de todos os movimentos. Os companheiros que batalham pelo seu espaço recreativo lá da Glória, sejam muito bem-vindos. Esta Audiência é muito importante por duas coisas: primeiro, porque nós fizemos todo um movimento lá no ano de 2014. Está aqui o Pedro Ruas, que representa a Assembleia, que esteve à frente, junto comigo, nessa luta aqui, na Câmara de Vereadores. Quando nós fizemos o projeto que foi o melhor projeto organizado em mutirão, com democracia na comunidade, numa parceria com as universidades dos movimentos sociais, o Fernandão se referiu, assim como o IAB esteve junto conosco, como o Conselho Regional por Moradia Popular, capitaneando e organizando 14 ocupações urbanas, nós entregamos esse projeto que gravava áreas que estavam ocupados – a maioria delas – como Áreas Especial de Interesse Social. E por que isso era importante? Primeiro, porque nós precisamos que o plano seja a representação e a possibilidade de garantir com que a população que luta, que trabalha, que não consegue, muitas vezes, morar dignamente num País em que lamentavelmente tem aluguéis caríssimos, em que comprar uma casa é caríssimo, as pessoas se auto-organizam e

fazem ocupações urbanas, porque, enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. E nós, com o nosso projeto, gravávamos essas ocupações de vocês como áreas destinadas à habitação social. Para quê? Primeiro, para dar prioridade para o povo que lá está. Segundo, para garantir um instrumento para evitar as reintegrações de posse. Terceiro, para garantir e facilitar o processo de garantia daquela terra. Tem terra que está há 30 anos desocupada – e foi a vida das ocupações que deu vida a ela. Está aqui a Jaque da Vida Nova, que não é dessas AEIS, mas é de outra AEIS, que está lá no Parque Industrial da Restinga – 20 anos sem nenhum parque industrial. E a população da Restinga, não tendo onde morar, foi lá e está dando vida à Vida Nova da nossa Restinga. Assim como cada uma das áreas em que vocês estão. Tinham áreas há 20 anos abandonadas, criando bicho, inseguro para a comunidade, e, ao mesmo tempo, servindo para quê? Para especular, para que aqueles que muitas vezes não pagam os impostos tentem mudanças no Plano Diretor para garantir a mudança do regime urbanístico para poder construir mais em terrenos que valem menos e não tendo a função social da propriedade. Isso parece pouco, mas nós lutarmos pela função social da propriedade é fundamental, inclusive nós temos uma lei para isso, sobre a qual não vou falar porque tenho 1 minuto e 30 segundos. Bom, o Governo vetou a lei; nós derrubamos o veto. Quem estava aqui no dia da derrubada do veto? Estava uma galera. Foi bonito, não é? Lotado. Conseguimos 19 Vereadores, derrubamos o veto do Prefeito. Pois ele entrou na Justiça dizendo que não houve audiência pública. E vocês sabem que ocorreu até audiência aqui, com o Vice-Prefeito, mas tinha que ter sido publicada no Diário Oficial; ocorreu reunião na Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, com a presença de outros; reunião no Orçamento Participativo, como bem falou o Juliano Fripp. Agora, depois de toda a mobilização, um ano de reunião no GT, tem um novo projeto do Governo que diz que nós tínhamos razão, que 13 daquelas 14 áreas, sim, têm que ser destinadas à habitação social. Inclusive a Cruzeirinho, que tem que ser destinada, sim, à moradia social, assim como a São Luiz, assim como a Império, assim como a Marcos Klassmann, assim como a Sete de Setembro e outras tantas. E nós estamos fazendo aqui uma audiência pública na formalidade que foi exigida pelo Governo, fundamental para que a gente possa votar o projeto e ter a tranquilidade de não ter um novo questionamento lá no Judiciário para barrá-lo. Agora, a presença de vocês aqui é fundamental para que a gente consiga fazer audiência pública, para que a gente consiga mobilizar os Vereadores, para

que a gente consiga aprovar este projeto novamente, e é uma articulação que todos nós temos que fazer juntos para defender o direito à moradia social.

Para concluir, quero me dirigir a Rosane, que apresentou um projeto do Ver. Pujol, que não está presente, que mexe na zona rural. Nós estamos discutindo na verdade a garantia de direitos, não o retrocesso em conquistas que a Cidade fez. A zona rural de Porto Alegre demorou muito tempo para ser votada, e foi votado somente 10% daquilo que a comunidade demandou. Então, quero fazer uma sugestão, uma opinião minha, não entrando no mérito do projeto, sou defensora da área rural, mas uma reunião para discutir um tema tão importante, em que só veio representação das empresas, não veio representação dos que moram na zona rural, dos que moram lá na Restinga, dos que representam a cidadania popular, não é uma audiência que ouve todas as partes. Então encaminho uma nova audiência pública lá na comunidade. (Palmas.) Assim como com o projeto apresentado pelo Sr. Fernando e pelo Sr. Oscar, porque trata de 40% de área de preservação. Isso, para mim, já diz bastante, é um outro debate, mas me chamou atenção que eles falavam que lá já tem ocupações informais. Então, empreendimento proposto significaria reintegração de posse nas ocupações informais que estão lá? É um debate que precisa ser feito e que, obviamente, tem a nossa contrariedade se significar isso, além do que a devastação da natureza é algo que não pode ser aceitável em um mundo cada vez mais aquecido, cada vez mais desigual, em que cada vez mais é necessária a preservação. O que não se pode fazer é devastar as áreas de preservação.

(A Ver.^a Fernanda Melchionna reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Aldacir Oliboni. O Sr. Lúcio Marlo Leal Teixeira, da ocupação Campo Grande Resiste, está com a palavra.

O SR. LÚCIO MARLO LEAL TEIXEIRA: Boa noite, pessoal. Cumprimento os componentes da Mesa, os Vereadores que aqui estão, Ver.^a Fernanda Melchionna, Deputado Pedro Ruas. Cumprimento os dois por esse projeto, que não se inicia agora, que vem de uma longa caminhada não só na Câmara de Vereadores, mas uma longa caminhada também dentro das ocupações, com muitas lutas e muitas batalhas travadas; então, deixo aqui o cumprimento a eles. Cumprimento a todos que estão aqui,

representantes das comunidades, moradores também, que têm uma luta diária pela moradia, pela dignidade, por um local para morar.

Meu nome é Lúcio Marlon, mas me chamam de Marlon Leal, sou uma das lideranças da ocupação Campo Grande, junto com o Gildo e com o Valdecir, que aqui estão. Quero só trazer uma reflexão que eu acho muito importante, porque, às vezes, as coisas são muito maquiadas e temos que pensar no todo, mas temos que pensar também como seres humanos. Eu estava em uma reunião, dias atrás, tratando de alguns assuntos, aqui mesmo na Câmara, em relação ao fim de pobreza, à luta social, à desigualdade social. Quero trazer uma palavra aqui, Ver.^a Fernanda Melchionna e Deputado Pedro Ruas, de uma coisa que ouvi, que eu quase chorei – e eu sou valente. Estava ali um representante do Município e sabem o que ele falou? Ele disse assim: “O nosso problema são as ocupações, porque como é que nós vamos entrar nas ocupações? Aquelas pessoas lá moram no lixo e comem o lixo”. Então é um absurdo falar isso aí. Depois, houve um debate ali, muitas pessoas se indignaram com aquela fala, porque as pessoas não nos conhecem, não estão morando lá conosco, não conhecem nosso dia a dia. Então, é muito fácil falar, vai à churrascaria todo dia, se quiser. É muito fácil falar. Agora, nós que estamos lá no dia a dia... Lá elas não comem lixo; elas comem arroz, feijão, carne também, de vez em quando fazem um churrasquinho. Então, essa concepção tem que ser mudada. E, assim, aqui nós temos representantes e moradores da nossa ocupação, eu não tenho lote na minha ocupação, eu não moro lá, eu não peguei um lugar para mim lá, mas estou lá fazendo uma liderança junto com meus companheiros, meus amigos. Agora, alguém me pergunta por quê. Porque nós temos que ter uma noção de que se nós não fizermos nada por esse caos, ele vai aumentar; está aumentando cada vez mais. E não é tirando uma ocupação para fazer outra moradia que as coisas vão se resolver, vai se criar outro problema, outra situação, porque a única alternativa para as pessoas que estão naquela ocupação é sair daquele lugar e ir para outra ocupação. Então, sai de uma ocupação, faz outra ocupação. Enquanto o Governo, seja Municipal ou Estadual, não tiver uma visão, não parar para pensar, não parar de empurrar com a barriga e colocar para debaixo do tapete, as coisas não vão se resolver.

E, agora, nesse projeto de AEIS, encabeçado pelo Conselho Regional por Moradia Popular, junto com a Ver.^a Fernanda e Deputado Pedro Ruas, é um avanço que temos que colocar para frente. Eu peço a colaboração também dos nossos moradores das

ocupações para virem, quando forem chamados. Nós temos que fazer essa luta, porque muitos têm essa visão de que nós estamos morando no lixo e comendo lixo, mas nós não somos isso. Nós somos trabalhadores, aqui tem trabalhadores de todas as áreas. Então, eu deixo essas palavras e faço um apelo a esta Mesa para que olhe, reflita e entenda que as pessoas precisam ter onde morar. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Marlon. É um absurdo a fala desse representante da Prefeitura. Vamos descobrir o nome para cobrar ou denunciar, pois foi um representante da Prefeitura que falou que os moradores de ocupação... Foi um Secretário! Um desrespeito. Quero passar a palavra ao Deputado Pedro Ruas, representando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO RUAS: Muito obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. Peço licença para, em seu nome, cumprimentar toda a Mesa, respeitosamente, toda a plateia, as pessoas que vêm aqui. Também peço licença, em nome dos companheiros e das companheiras da Marcos Klassmann e da São Luiz, para cumprimentar todos e todas. É uma alegria muito grande rever boa parte das pessoas para as quais a gente trabalha tanto. Marlon, te proponho uma reflexão em cima do que tu falaste, e para todos vocês, para todos nós: tudo que está aqui, este prédio aqui foi feito por pobres, auxiliares de pedreiros, pedreiros. O asfalto ali na frente, Ver.^a Fernanda Melchionna, foi feito por pobres, como também esses móveis aqui. Tudo foi feito por pobres. Tudo é feito pelos pobres. Tudo o que existe é feito pelos pobres. (Palmas.) A diferença é entre mais pobres ou menos pobres. Os automóveis são feitos por pobres, são menos pobres, mas são pobres, os metalúrgicos, tudo o que existe no mundo é feito por pobres, fora o que a natureza já nos concedeu. Esse é um dado brutal da realidade, Marlon, essa é a reflexão. Eu te ouvi atentamente e fiquei revoltado, Ver.^a Fernanda Melchionna, com aquele comentário do Secretário, meu prezado Juliano Fripp, que é um guerreiro, um lutador desta causa. O que é que pensa um Secretário desses, a petulância para dizer uma barbaridade dessas? Tudo o que existe – não se esqueçam disso nunca, em nenhum momento da vida –, no mundo é feito por pobres, e quem não pode usar o que é feito são os pobres. Esta é a vida que nós temos. Não é só no nosso País, mas é principalmente no nosso País, porque é o que nós mais conhecemos, é com o que nós mais convivemos. Às vezes se compra uma caneta,

às vezes se compra uma camisa, às vezes se compra... E é sempre feito por pobres. Quem fez o objeto é pobre. Tem até alguns lugares que estão, no mundo inteiro, condenados porque utilizam mão de obra escrava na produção de roupas finas e caras. Tem uma loja, a loja Zara, que foi denunciada internacionalmente por utilizar mão de obra boliviana escrava em camisas que custam R\$ 400,00, R\$ 500,00, e os escravos, Clóvis, é que produzem aquilo ali.

Quando alguém coloca este tema, Marlon, a gente se revolta muito. E eu quero dizer para vocês, já em conclusão, que eu tenho muito orgulho de, com a liderança da Fernanda Melchionna, com o trabalho extraordinário do Juliano Fripp e com todos vocês – todos vocês e outros tantos que não estão aqui – termos conseguindo aprovar aquele projeto das Áreas Especiais de Interesse Social. E acho estranho – sei que a lei estabelece a necessidade de audiência pública – que situações tão díspares tenham que conviver neste momento de forma igual, porque não é adequado. Como eu vou dividir o tempo? Não o meu exatamente, mas o de cada um aqui: para combater a transformação da área urbana em rural, porque aquilo ali busca o lucro efetivamente ou usar o meu tempo para defender a Área Especial de Interesse Social? Na verdade, nós temos um Plano Diretor, que nós temos, sim, que combater em alguns aspectos quando ele não permite a Área Especial de Interesse Social, a utilização para moradia popular, Juliano, mas preservá-lo quando ele defende a área rural. É claro que sim. Por quê? Porque nós estamos defendendo a parte civilizatória do Plano Diretor, a parte que defende a humanidade, interesses maiores, e não o lucro simplesmente e não mais vantagens para quem já tem muitas. Então, nós temos duas missões aqui. Esta é a finalização, Ver.^a Fernanda Melchionna. Por um lado, é preservar a área rural no que tange ao interesse financeiro e econômico, no que tange ao lucro, no que tange à especulação imobiliária. Preservar a área rural é necessário à nossa Cidade, à nossa sociedade, à qualidade e vida de todos e de todas – esse é um lado. E um outro é ampliar, sim, as Áreas Especiais de Interesse Social porque nós não podemos conviver coma situação de que aqueles que fazem o mundo, constroem a sociedade em que nós vivemos, todos os bens de consumo, não podem sequer morar. E por não poderem morar, são discriminados até com relação ao que comem. Por isso, amigas e amigos, concluo por aqui dizendo da importância da mobilização, da organização, da mobilização de vocês, de estarem aqui, Juliano Fripp, minha querida Fernanda Melchionna, Líder da oposição nesta Casa, porque estando aqui

vocês mostram. Vocês não sabem, autoridades, mas nós existimos, nós somos pessoas, temos necessidades, temos direitos e nós nos organizamos para garantir esses direitos, para mostrar que organizados nós somos fortes, nós somos maiores que vocês e não vamos deixar vocês atropelarem aquilo que é a nossa vida, aquilo que é a nossa casa, aquilo que é a forma de criação dos nossos filhos. Nós não vamos deixar vocês roubarem o nosso futuro! Nós estamos juntos, somos fortes, mostramos a que viemos e daqui não passarão. Um abraço a todos! Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Deputado Pedro Ruas, pela presença e pelas palavras. A Ilisiane Vida Alves, da ocupação Progresso, está com a palavra.

A SRA. ILISIANE VIDA ALVES: Boa noite a todos e todas, a esse povo lindo que está aqui me olhando, à Mesa, aos nossos representantes. Primeiramente, eu queria agradecer pela iniciativa da primeira AEIS e relembrar que a ocupação Progresso tem uma peculiaridade: 65% de estrangeiros, os haitianos que estão aqui presentes. Haitianos da Progresso, levantem a mão aí! (Palmas.) Isso mostra que não é um problema só do Brasil, é de outros países também. Então, conheci a Fernanda, o Juliano, a Claudia Favaro, o Fernandão, sou moradora da área há 20 anos, não sou ocupante, moro a umas duas ruas paralelas, e conheci o povo haitiano que foi buscar ajuda. Foi uma ocupação que iniciou com um grileiro pobre, porque tem o grileiro rico e o grileiro pobre. E ele os deixou na mão. Estavam prestes a serem reintegrados, e eu saí à cata de informações de como ajudar aquelas famílias a permanecerem naquelas moradias mesmo que precárias, porque era o que eles tinham, para não ficar na rua. Era a terceira geração da ocupação, que geralmente são os que sofrem com a reintegração, porque tem um rodízio de gente. E conheci o projeto de AEIS. A gente fez a luta, ficamos aqui o dia inteiro, eu vim com a minha bebezinha no colo, muita gente da ocupação Progresso veio, bem como de todas as outras comunidades. Foi no grito, foi na força do braço, a gente batendo de porta em porta, chamando os nossos representantes: atenção, a gente está aqui, a gente precisa dessa AEIS, desse voto! E chamando a obrigação dos nossos Vereadores que nos representam. E foi um voto que fez a diferença. Então eu queria fazer uma pequena reflexão, às vezes uma iniciativa ajuda, muda. Uma pessoa dando início, muda muitos

destinos. Então a AEIS 4, que foi gravada, essa que está com ADIn do Prefeito Fortunati, saiu no Diário Oficial na sexta-feira e foi usada, a gente estava com uma reintegração de posse para uma segunda do mês de abril de 2015. E o nosso advogado usou essa lei como um fato novo para suspender a reintegração de posse. Entramos no sábado de manhã, e o desembargador acatou a Lei nº 8.807, acho que é isso, na época, e suspendeu a reintegração de duas áreas. Então é um projeto que facilita, é um instrumento que facilita a regularização das áreas, das favelas, das ocupações, dos conjuntos de baixa renda e que deveria ter partido da Prefeitura, e infelizmente partiu da própria Vereadora. Fizemos um coletivo, um mutirão para que essa lei acontecesse. E a prova está que era justo, porque agora até o próprio Prefeito que colocou essa ação de inconstitucionalidade está assinando o projeto, dizendo que a gente tinha razão, como a própria Fernanda falou. Então, eu queria agradecer por essa oportunidade, por ter pensado de novo no povo. Como o Pedro Ruas falou, tudo é construído por nós, e o mínimo que a gente precisa para ter um mínimo de dignidade é uma toca para onde voltar, uma casa para voltar. Porque todos aqui precisam de uma casa. A maioria tem, mas tem muitos aqui que não têm, que vivem na rua ou vivem em situação irregular. Lá na ocupação Progresso a gente já fez até uma cartografia social, então, a Prefeitura de Porto Alegre deveria andar mais pela cidade, colocar o pé nas áreas para poder pensar nas reais necessidades das áreas. É isso que falta. Sentado num gabinete, numa cadeira, no conforto do ar-condicionado tu não consegues administrar corretamente uma cidade. E é isso que eu vejo: falta de interesse e de vontade política da Prefeitura de Porto Alegre e de muitas pessoas que têm o poder na mão, que têm condições de fazer e não fazem por falta de vontade e por colocarem os seus interesses pessoais, de carreira, eleitorais e financeiros em primeiro lugar. É isso: conscientização de que a gente já não tem nada, estamos pedindo o mínimo e, na verdade, a gente está pedindo só uma ferramenta de luta. A gente não está pedindo de graça, a gente quer batalhar por isso, e a AEIS nos ajuda a batalhar pela nossa regularização. Muito obrigada pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Ilisiane. O Ronaldo Fagundes, da comunidade Marcos Klassmann, está com a palavra para tratar do PLCE nº 017/16.

O SR. RONALDO FAGUNDES: Boa noite a todos, moradores e Mesa. Estou aqui para falar sobre as AEIS; faço parte da comunidade Marcos Klassmann, como morador. E enquanto eu estiver junto com o Conselho Regional por Moradia Popular eu vou lutar com unhas e dentes por todos os moradores de todas as ocupações, principalmente pelos da minha, onde eu moro. Eu queria agradecer por terem feito esse projeto, pois vai ajudar muitas pessoas, porque não é fácil tu conviveres no meio da burguesia, pagando aluguel caríssimo, e o pobre, o que ele tem que fazer? Ele tem que ir para as comunidades mais pobres onde a gente não precisa se preocupar com água ou com luz. No momento, claro que isso pode mudar com o futuro. Esse projeto de áreas especiais que alguns criticam vai ser bom para todo mundo, porque vai ajudar não só aquelas comunidades que estão irregulares ou as que estão tentando ficarem regular. Então agradeço muito a Ver.^a Fernanda Melchionna, o nosso parceiro Deputado Pedro Ruas, que já deve ter ido, por terem feito esse projeto aí junto com o Conselho Regional por Moradia Popular. Eu não sou muito de falar, pessoal, só quero agradecer todo o mundo pela presença de todas as comunidades, Vida Nova, Marcos Klassmann, Império, Progresso e São Luiz. Muito obrigado, pessoal. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Ronaldo. Quero fazer uma saudação especial aos nossos haitianos que estão aqui conosco, moradores da comunidade Progresso. Sejam muito bem-vindos a essa audiência pública e nesta luta pelas AEIS. A gente nominou as comunidades, mas esta certamente é uma luta internacional, daí a importância da presença de vocês. O Sr. Arduino Balduino, da comunidade São Luiz, está com a palavra, também para discutir o PLCE nº 017/16.

O SR. ARDUÍNO BALDUÍNO: Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa, especialmente a Ver.^a Fernanda Melchionna e o Deputado Pedro Ruas, que não se encontra – são os protagonistas deste projeto. Como todo mundo, também quero falar deste projeto. Tenho certeza e confio neste projeto desde o tempo que a gente vem lutando, pois é um projeto muito bom, que já seguiu por duas vezes a reintegração de posse da São Luiz, da Progresso e da Império também. Então é um projeto que a gente acredita, um projeto que a gente tem certeza de que vai dar certo, já deu certo, está dando certo. A gente tem confiança neste projeto. Quero aqui também deixar, não um

apelo, mas convidar esses Vereadores que lá no passado votaram, foram a nosso favor, que agora venham votar, já que está na mão deles, que venham novamente votar a nosso favor. Acredito muito que eles vão ser nossas parcerias, já foram no passado, acreditando nesse projeto, que vai ajudar a maioria da comunidade. Falando da comunidade, eu quero aqui, neste momento, não agradecer, mas dar parabéns a todas as comunidades, os representantes que fazem parte deste projeto e aos que não fazem. Quero agradecer também a ocupação São Luiz, de luta, de guerra, povo, quero dizer pra vocês que eu nunca menti e jamais iria de casa em casa pedir que vocês viessem nesta audiência pública por uma mentira. Como bem disse a Fernandinha, esse projeto é bom; por isso, eu fui lá pedir a presença de vocês. Então, agora, sim, quero agradecer por me escutarem; quero parabenizar também as outras desocupações; quero deixar aqui também ao Presidente da Cooperativa São Luiz, que também sei que está presente; quero dizer que o convidei também para que viesse, também é sabedor desta lei, desse projeto que é muito bom pra nós. Então, gente, já foi falado bastante a respeito das AEIS, não quero mais tomar o tempo de ninguém, sei é pouco, mas quero agradecer esse trabalho e quero dizer que vou lutar por todas as comunidades que estão dentro desse projeto enquanto eu fizer parte desse projeto, enquanto eu fizer parte do Conselho por Moradia Popular, eu estarei trabalhando. E esse projeto, sim, foi criado lá atrás, foi de luta, vem de tempo, Juliano. A gente sabe da nossa luta. Mas, povo, principalmente meu povo da São Luiz, quando eu convidá-los, vocês podem ter certeza que eu nunca pensei em ser alguém dentro da comunidade São Luiz ou passar por cima de qualquer representação lá, nunca, e, sim, ajudar. Sou um representante do Conselho por Moradia Popular, sim, sou, visto essa camisa, mas lutarei por todas as comunidades, especialmente, pela minha comunidade lá. Estou lá disposto a ajudar quem está na liderança, quem for líder, para mim, não tenho nenhum pensamento em ter cargo, a não ser lutar por vocês; isso, sim, vou lutar, sempre. Obrigado pela atenção. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Sr. Arduino. A Sra. Vera Gallo Mesquita, mais conhecida como dona Vera, está com a palavra para discutir o PLCE nº 17/16, guerreira.

A SRA. VERA GALLO MESQUITA: Boa noite a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu quero agradecer à Fernanda, porque é através dela que nós temos lutado, devido à lei que ela e o Pedro Ruas fizeram, que nos deu direito à moradia. Sou representante da Império, juntamente com o nosso amigo Douglas, que faz presença aqui, e nós dois estamos na liderança. Através do nosso trabalho, a gente tem conhecimento com a Fernanda e com o Juliano Fripp. Eu conheci o Juliano porque nós tínhamos uma reintegração para a Império no dia 13 de abril de 2014. Nós sairíamos da Império e seríamos integrados no dia 14, na segunda-feira, após a Páscoa. O Juliano nos apresentou a Fernanda Melchionna, e, através dela, nós tivemos uma advogada, que, durante o domingo de Páscoa, conseguiu derrubar a nossa reintegração, que seria feita na segunda-feira de manhã – tudo isso através do projeto de AEIS. Por isso, nós confiamos nesse projeto, estamos aqui pedindo que cada um vote a nosso favor.

Quero dizer que nós não somos lixo, não, nem comemos lixo. Eu nasci num berço de ouro, e um dia eu deixei aquele berço porque eu não gostava de lá, eu me sentia melhor aqui no meio da população, no meio de gente pobre, porque são sinceros, são honestos, são pessoas que falam diretamente, não precisam se esconder atrás de uma máscara. Eu saí de uma família muito rica e vim morar, primeiro, em Porto Alegre; depois, fui para São Paulo, onde fiquei por 38 anos, e voltei para cá. Luto pela minha ocupação, porque eu acho que é uma ocupação digna, onde moram pessoas dignas; ali não temos ladrão, só tem gente que sai de manhã para trabalhar e volta à noite, pais de família que saem para dar sustento às suas famílias. Eu não trabalho mais porque não tenho mais idade para trabalhar. Sou professora formada, mas nunca quis exercer a profissão, porque não gostei – eu fiz o magistério porque minha mãe me forçou a ser uma professora, mas eu queria ser uma advogada. Nós não somos lixo, é só isso o que eu quero dizer. Obrigada, Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Dona Vera, querida. Muito obrigada pela presença e pela fala. O último inscrito é o Sr. Galdino Freitas Assis, também sobre o PLCE nº 17/16, da comunidade Marcos Klassmann.

O SR. GALDINO FREITAS ASSIS: Boa noite a todos. Vou falar em nome da comunidade Marcos Klassmann, sou o coordenador da associação. Esse projeto de AEIS para nós é

fundamental. Já estamos lutando há tempo. Como já tínhamos a reintegração de posse, nós formamos uma associação de moradores que hoje já comprou duas matrículas da área. Queria que vocês vissem o nosso cartaz que diz: "Nós compramos a nossa terra". Porque nós queremos pagar, mas um preço justo! Não queremos morar de graça. Então, temos duas matrículas que já passaram pelo cartório e agora vão para o Registro de Imóveis. A terceira matrícula, na verdade, ainda não foi para o cartório por causa do ITBI. A Prefeitura de Porto Alegre nos cobrou R\$ 90 mil pelas três matrículas. Nós temos para a terceira matrícula R\$ 37,2 mil e parcelamos em 12 vezes. Então, a Prefeitura de Porto Alegre, mesmo com recurso, não olhou que é uma associação que está comprando uma terra que estava em reintegração de posse. E com muita luta conseguimos, com muita crítica que sempre tem. Mas o trabalho que a associação faz é exemplar. Quero parabenizar a Marcos Klassmann, porque foi uma luta! Ainda temos duas matrículas para comprar que ainda estão com reintegração de posse e, se Deus quiser, vamos conseguir comprar essas duas matrículas para que esse povo possa morar. Nós já encaminhamos o levantamento topográfico da área, já está na mão do engenheiro. Tudo sem o auxílio da Prefeitura e do Poder Público. Se a Prefeitura e o Poder Público estivessem do nosso lado, o que nós não faríamos? Essa é a prova que podemos fazer, basta ter vontade. E essa vontade não foi apresentada pela Prefeitura de Porto Alegre. Hoje, lá na comunidade, não temos uma coleta decente, não temos saúde decente, um posto de saúde. Nós queremos luz, água, nós queremos pagar, só que o Poder Público tem que olhar para a Marcos Klassmann. Nós estamos pagando impostos, IPTU das matrículas, e a Prefeitura, na verdade, vira as costas para a comunidade. Então, eu quero agradecer a todas essas pessoas que lutam pela terra, que cheguem, como nós chegamos ao dono da terra e fizemos uma proposta, dentro da realidade de uma Associação, montamos uma conta jurídica. O pessoal deposita com seu CPF, e a Associação faz esse trabalho de elo entre o proprietário e os moradores.

Eu quero agradecer a todos aqueles que lutam pela moradia, gente, que vocês não se cansem, porque vocês vão conseguir. Um abraço a todos, boa noite, em nome da Marcos Klassmann, eu agradeço a todos vocês, continuem lutando. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (FERNANDA Melchionna): Obrigado, Sr. Galdino. Solicito a ajuda do Sandro para o encerramento desta Audiência. Obrigado a todos. A Prefeitura foi

convidada, não mandou representante – só para deixar registrado. E agora, para o encerramento, vamos combinar dois minutos, talvez. Vou passar a palavra para o Fernando, sobre o PLCL nº 46/17, para as considerações finais.

O SR. FERNANDO DAL PIVA: Nem vou precisar dos dois minutos. Eu só quero fazer um esclarecimento, quando o Arquiteto Oscar Escher explicou do entorno do empreendimento, nessa área da Zona Sul, ele citou invasões no entorno próximo, não na área. Então, na área não tem invasão, não vai ter nenhum tipo de reintegração de posse, nada; ali a gente vai construir 2.500 casas destinadas ao programa Minha Casa, Minha Vida, interesse social. Dessas 2.500, 20% são destinadas ao DEMHAB, então vai ajudar muitas pessoas que nem vocês. Então, só para deixar claro isso, que não tem invasão na área.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Fernando. Então, quero agradecer a presença de todos e todas, registrar a nossa felicidade de fazer audiência de um processo tão importante como o PLCE nº 017/16, que é o projeto das AElS, encaminhado por vários de vocês. Conhecer o projeto importante do Ver. Oliboni, com relação à gravação dessa párea e, ao mesmo tempo, sugerir que, em função da baixa representação das comunidades do entorno, os projetos que tratam da área rural e da área de preservação urbana terá uma nova audiência para que a comunidade seja ouvida, sobretudo na sua própria comunidade. Obrigada pela presença de todos e todas. Boa noite ao povo que está na rua que está lutando pelo direito de morar.

(Encerra-se a reunião às 20h59min.)